

ARTIGO

NO RASTRO HISTORIOGRÁFICO DA PSICANÁLISE NO BRASIL REENCONTRANDO A ESCRITA DA SUA FICÇÃO

ALINE LIBRELOTTO RUBIN

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
linelrubin@gmail.com
orcid.org/0000-0002-6265-3301

O presente artigo propõe, inicialmente, uma articulação entre as diferentes tradições e momentos dos estudos historiográficos da Psicanálise no Brasil desde sua emergência na década de 1920. Buscamos situar historicamente continuidades e descontinuidades promulgadas pela virada epistemológica da década de 1970. Em um segundo momento, com vistas a uma crítica à abordagem historiográfica que se constituiu dentro do paradigma da “ficção científica” e da “verdadeira psicanálise”, o texto traz uma proposta metodológica para a historiografia psicanalítica que estabeleça um retorno à “ficção teórica” de Freud, como definido pelo historiador Michel De Certeau. Para tal proposta, foram convocados também alguns elementos da teoria do Texto de Barthes, como o questionamento da noção de autoria. Buscando a construção de uma historiografia psicanalítica brasileira que se baseie em preceitos aliados à sua própria teoria, pontuamos, por fim, o desafio atual de elaboração de uma escrita histórica que seja reflexiva e também reparadora dos silêncios, conivências e situações traumáticas que a Psicanálise encontrou no seu passado.

historiografia psicanalítica – verdadeira psicanálise – ficção teórica

ARTICLE

ON THE TRACK OF
PSYCHOANALYTIC
HISTORIOGRAPHY
IN BRAZIL
RESTORING THE WRITING
OF ITS FICTION

ALINE LIBRELOTTO RUBIN

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brazil
linealrubin@gmail.com
orcid.org/0000-0002-6265-3301

This article proposes, initially, an articulation between the different traditions and moments of the historiographic studies of Psychoanalysis in Brazil since its emergence in the 1920s. We have aimed to historically situate continuities and discontinuities promulgated by the epistemological turn of the 1970s. In view of a critique of the historiographical approach that was constituted within the paradigm of “science fiction” and “true psychoanalysis”, the text brings a methodological proposal for psychoanalytic historiography that establishes a return to Freud’s “theoretical fiction”, as defined by historian Michel De Certeau. For this proposal, some elements of Barthes’ theory of Text were also summoned, such as the questioning of authorship. Looking for the construction of a Brazilian psychoanalytic historiography that is based on concepts allied to its own theory, we point, finally, the current challenge of elaborating a historical writing that is reflective but also repairing of the silences, connivances and traumatic situations that Psychoanalysis has found on its past.

*Psychoanalytical historiography
true psychoanalysis – theoretical fiction*

INTRODUÇÃO

Para a Psicanálise, disciplina filha da revolução científica da modernidade, uma questão central envolveu, desde seus primórdios, a possibilidade de produzir conhecimento dentro dos moldes científicos sobre algo que escapa à razão, que é da ordem da experiência. Essa questão acaba por complicar ainda mais o trabalho de historiadores ou de interessados na história da Psicanálise. Pois, a fim de apreender as veridades sobre a história da Psicanálise, somos convocados a lidar com algumas de suas especificidades: uma prática na qual a matéria-prima é a formação do inconsciente e um campo de estudos que, desde seu nascimento, esteve marcado pelos territórios sociais, políticos e culturais nos quais emergiu, assim como pelas trajetórias pessoais (e seus entrelaçamentos dentro e fora do *setting* analítico) dos homens e mulheres que desenvolveram seus complexos sistemas teóricos.

A prática analítica, segundo Freud (1914), volta-se para o ausente na história do sujeito, para aquilo que ele deixa de recordar, mas que acaba retornando como um resto, a sua revelia. Há, na tradição historiográfica da psicanálise, debates sobre como a comunidade psicanalítica se mostrou e se mostra suscetível a um processo semelhante ao descrito por sua teoria: resiste, censura e recalca a sua própria história, produzindo efeitos de retorno e repetição desse recalcado (Roudinesco 1997; Frosh 2012; Vianna 1994; Rubin et al 2016; Frosh; Mandelbaum 2019). Esse funcionamento “neurótico” da Psicanálise e das suas instituições foi abordado pelo movimento historiográfico ao se debruçar sobre a ausência e o silêncio de alguns trabalhos históricos anteriores, para deles produzir uma inscrição simbólica possível, de presença e sentido.

É o que vemos, por exemplo, no trabalho de Chaim Katz (1985). Ao analisar o periódico oficial da *Associação Psicanalítica Internacional* (IPA) entre os anos de 1939 e 1945, o psicanalista percebeu o silêncio do movimento psicanalítico ipeísta¹ em relação aos desdobramentos da 2ª Guerra Mundial na comunidade psicanalítica, entre eles a morte de psicanalistas, a onda de imigração e a política de manutenção da Psicanálise sob o regime nazista na Alemanha². Silêncios perpetuados em um pacto transgeracional de filiação e de fidelidade sobre um não-dito, que teria alcançado a história da Psicanálise no nosso país³. O episódio mais emblemático desse funcionamento sintomático ficou conhecido como o caso “Amílcar Lobo”⁴, que veio à tona ainda na década de 1970 sob grande resistência, e que continua sendo elaborado e

¹ “Ipeísta” é o termo utilizado para designar as instituições afiliadas à *Associação Psicanalítica Internacional* (IPA).

² Na comunidade internacional, esses eventos foram restituídos na historiografia psicanalítica no decorrer dos anos, não sem resistência. Ver Frosh (2005; 2012) e Goggin e Goggin (2001).

³ Por exemplo, a quietude em relação ao passado de Adelheid Koch, analista judia que chega ao Brasil em pleno no governo de Vargas, simpatético ao regime fascista europeu. O silêncio da história de Théon Spanudis, psicanalista grego que veio ao Brasil também na década de 50 e que abandonou a psicanálise em função também da resistência em torno da sua homossexualidade. O silêncio de Werner Kemper, psicanalista alemão imigrado ao Brasil, sobre seu passado de contribuição com o regime Nazista no Instituto Göring e a sua influência no retorno de Mark Burke, psicanalista judeu, para Londres.

⁴ Episódio no qual um candidato a analista da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) trabalhava também como médico-tenente do exército durante o período ditatorial, dando assistência a presos políticos que passavam por torturas. Para detalhes e desdobramentos desse caso, ver Katz (1985), Vianna (1994), Coimbra (1995), Bulamah, Kupermann e Moreira (2014) e Rubin et al (2016).

inscrito na história-memória dessa disciplina no país. Esse acontecimento⁵, ocorrido durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), apontou para o entrelaçamento entre a história do Brasil e sua sociedade e a história da Psicanálise. Costura essa que se deu na esteira de outros entrelaçamentos prévios, remontando a entrada do saber psicanalítico no Brasil (Facchinetti 2012).

Segundo o historiador e psicanalista Michel De Certeau (1987/2011), na medida em que a Psicanálise esquece sua própria historicidade e sua relação interna com os conflitos de poder, ela se torna um mecanismo de pulsões e um dogmatismo de discurso⁶. Por outro lado, o lugar da ausência que se abre com o esquecimento, ou o resto do retorno do recaiado, emerge como uma possibilidade para a construção de uma nova escrita histórica (De Certeau 1987/2011). Nesse sentido, para que tenha sido possível um movimento de restituição de silêncios e rasuras da história da Psicanálise no Brasil, uma outra história teve que ser contada anteriormente.

O MOMENTO DA LEGITIMIDADE

Estudiosos da área sinalizam a existência de diferentes momentos na tradição dos estudos historiográficos da Psicanálise no país desde sua emergência na década de 1920 (Oliveira 2002; Abrão 2007; Mezan 2009; Facchinetti e Castro 2015). Os primeiros trabalhos históricos teriam sido escritos pelo psiquiatra Júlio Pires Porto-Carrero⁷, sendo tão antigos quanto a própria emergência do saber em terras brasileiras. Com o texto inaugural *Psychanalyse – a sua história e o seu conceito* de 1928, Porto-Carrero descreveu acontecimentos do movimento psicanalítico mais amplo e concluiu “com algumas referências ao movimento psicanalítico brasileiro” (Oliveira 2002, 145). Um ano depois, o psiquiatra escreveu *A contribuição brasileira à psychanalyse*, texto no qual também destacou acontecimentos, além de personagens que marcaram a introdução das teorias psicanalíticas no Brasil (Abrão 2007).

Abrão (2007, 8) destaca que a abordagem historiográfica do tipo descritiva se constituiu como a “primeira tentativa de delinear um campo de investigação sobre a história do movimento psicanalítico”. Dentro dessa tradição, a História da Psicanálise foi narrada no estilo de uma sucessão de fatos e eventos, em uma abordagem que enfatizava “a periodização de acontecimentos, descrição dos eventos e a nomeação de personagens que

⁵ Para De Certeau (1975/2011, 104), acontecimento não é equivalente ao fato histórico, sendo aquilo “que recorta, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que preenche para que haja enunciados de sentido. O primeiro condiciona a organização do discurso; o segundo fornece os significantes, destinados a formar, de maneira narrativa, uma série de elementos significativos”.

⁶ Discurso é um termo polissêmico, do qual diferentes escolas de pensamento e autores se apropriaram e desenvolveram estratégias próprias de utilização. Por exemplo, para Foucault a noção de discurso relaciona-se com uma noção de poder ou ética em torno de práticas. Já para Lacan, o discurso é o que faz “laço social”. Não se reduzindo à soma das suas falas individuais, o discurso se apresenta como condição de possibilidade para um conjunto de ditos e enunciados possíveis (Dunker et al 2016, 18). Assim, o discurso cria determinadas relações de linguagem que, por sua vez, engendram uma dimensão ética e política de “relações que constituem sujeitos, organizam saberes e formas de poder”. Dentro dessa perspectiva, se a linguagem for reconhecida na sua dimensão performativa, o discurso poderá ser entendido como da ordem da ação, o que permite, segundo os autores, “pensar que os discursos criam corporeidades” (Dunker et al 2016, 130-131).

⁷ Psiquiatra e importante disseminador das ideias freudianas na introdução do saber psicanalítico no país, especialmente no campo da educação. Ver Abrão (2011).

marcaram a evolução do movimento” (Abrão 2007, 8-9). Facchinetti e Castro comentaram sobre os textos de Porto-Carrero:

(...) a perspectiva adotada por Porto-Carrero mostra os desenvolvimentos da psicanálise no Brasil sempre conectados aos nomes preeminentes da psiquiatria ou da intelectualidade daquele período. As intenções do autor não eram somente apresentar as teorias de Freud como uma ciência verdadeira (reconhecida pela medicina psiquiátrica brasileira), mas também mostrar que ele era parte de um grupo de intelectuais capazes de entender uma teoria “tão complexa e inovadora”. (Facchinetti e Castro 2015, 20)⁸.

O leitor pode perceber, desde então, a busca por uma legitimidade da Psicanálise, ao nomeá-la como uma “ciência verdadeira” e conectá-la a importantes nomes da intelectualidade e da Psiquiatria da época. Porém, nesse momento ainda não havia um discurso hegemônico sobre o que consistiria uma práxis psicanalítica. Se essa tradição objetiva esteve presente desde Porto-Carrero, foi com a entrada do movimento institucionalista que se iniciou um período de disputa pela legitimidade do saber psicanalítico e das narrativas históricas em torno dele.

Dessa forma, a formalização da Psicanálise no Brasil se iniciou com os esforços em prol da institucionalização do movimento nos moldes da IPA, quando surgiram também os primeiros trabalhos voltados à construção de uma história oficial da disciplina no país (Oliveira, 2002). Esse movimento de institucionalização do movimento psicanalítico ocorreu simultaneamente, e como parte localizada, do que Mezan (2009) denominou como a “Era das Escolas”⁹ na Psicanálise, indo do início da década de 1940 até meados da década de 1970 e marcando um período de “coexistência forçada e a intolerância recíproca das grandes Escolas” (Mezan 2009, 39).

De acordo com Oliveira (2009, 98), os trabalhos da história dita oficial apresentavam um estilo positivista e “uma visão legalista do movimento ipeísta”, além de uma narrativa histórica plana, produzida pelos próprios psicanalistas e “discípulos do movimento”. Eram nomeados personagens heroicos e seus sacrifícios para que a Psicanálise fosse consolidada no país. O canal de divulgação desses trabalhos eram, em grande parte, os órgãos oficiais de divulgação do saber psicanalítico afiliados a IPA no Brasil, como a *Revista Brasileira de Psicanálise*. Contudo, apontando para a construção de um campo em disputa, Facchinetti e Castro (2015) destacam que essa abordagem esteve presente também fora das instituições oficiais, como mostram os textos de Porto-Carrero e Gastão Pereira da Silva. Segundo os autores, a narrativa de ambos também dava destaque aos desenvolvimentos da psicanálise em uma perspectiva linear e com testemunhos de engrandecimento pessoal na narração das suas trajetórias pessoais, visão contestada pela primeira geração de psicanalistas formados nas sociedades ipeístas.

O texto que marcou o início da tradição da história oficial teria sido de Virgínia Leone Bicudo, pioneira da psicanálise em São Paulo, em 1948, no qual a psicanalista fez uma “apologia do movimento lançado por Durval

⁸ Todas as traduções deste trabalho foram realizadas pela autora.

⁹ Após a 2ª Guerra Mundial, Mezan destaca a ocorrência de transformações na história da Psicanálise, com a formação de sistemas “baseados em visões específicas tanto do que é a mente humana quanto de como se deve conduzir uma análise. Assim, se formam as quatro principais escolas: a kleiniana, a da psicologia do ego, a laciana e a das relações de objeto” (2009, 38).

Marcondes¹⁰ em São Paulo” (Oliveira 2002, 147). Quase três décadas depois, o texto da psicanalista da *Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo* (SBPSP), Cléo Lichtenstein Luz, evidencia a continuidade de uma abordagem voltada à hagiografia da história da Psicanálise no Brasil:

A Durval Marcondes, bandeirante, desbravador, lutador incansável, e Adelheid Koch, batalhadora, mestra, mãe, irmã, amiga e companheira dos primeiros analistas e de muitos de nós – homem e mulher admiráveis, cuja chama e capacidade de amor e doação não se extinguíram ou diminuíram com o passar dos anos – as homenagens de nós, psicanalistas que já encontramos os caminhos abertos, quase sem pedras, amaciados, aplainados. (Luz 1976, 509).

Abrão (2007, 12) cita também a psicanalista Marialzira Perestrello, do Rio de Janeiro, como uma referência nos estudos históricos da psicanálise no Brasil. Apesar de, na década de 1990, ter elaborado trabalhos com “tom menos descritivo a bem de uma abordagem contextual”, seu livro *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro* (1987) é um exemplo da narrativa histórica oficial. No livro, Perestrello aborda os estudos dos que vieram antes (os outros) como ambivalentes e contraditórios e que teriam se utilizado de forma parcial da Psicanálise. A psicanalista, assim, dividiu a história da psicanálise em um antes e um depois, quando a “psicanálise veio a ser totalmente entendida pelo grupo no qual foi membro” (Facchinetti e Castro 2015, 24). Os autores apontam uma afirmação semelhante de Mário Pacheco de Almeida Prado, da mesma sociedade, de que a história da psicanálise teria começado efetivamente em 1945 com a formação do grupo ipeísta na cidade. Nesse sentido, como cunhado por Danilo Perestrello (1976), os “precursores” ou os “psicanalistas selvagens”, diferentes dos “pioneiros” (a primeira geração de psicanalistas ipeístas), teriam se utilizado de uma forma errônea da teoria psicanalítica (Perestrello 1987).

A historiográfica ocidental, segundo De Certeau se fundou como uma heterologia (discurso sobre o outro, diferente de si), constituindo-se em função da separação entre o saber que contém o discurso e o objeto que o sustenta e marcando uma clivagem entre um antes e um depois que definiu por séculos a escrita da história (1975/2017, XVII). Na luta por se afastar dos mitos, das lendas e da memória coletiva, a historiografia realizou um corte entre os discursos ditos da “ficção” e da “história”. O primeiro foi concebido como o errôneo e o segundo autorizou-se a falar em nome do real. Ou seja, ao falar daquilo que não é falso ou errôneo, “fazia-se crer na existência do verdadeiro” (De Certeau 1987/2011, 46). O “falar em nome do real” é um elemento central trazido por De Certeau nos seus apontamentos sobre a historiografia ocidental, chamando atenção para o duplo movimento presente nesse tipo de narrativa: “As representações são autorizadas a falar em nome do real apenas na medida em que elas fazem esquecer as condições de sua fabricação” (1987/2011, 54).

Nesse sentido, ao esquecer suas condições de fabricação, o discurso assume uma coloração neutra. A neutralidade no discurso científico, segundo o autor, evita a designação das escolhas e a indicação dos poderes,

¹⁰ Oliveira (2002, 147) destaca a construção biográfica em torno do personagem de Durval Marcondes no movimento paulista, que “aparece como um herói solitário, um Dom Quixote que contra ventos e moinhos funda esse saber num universo psiquiátrico hostil e marginalizado pela *intelligentsia* médica. No entanto, nossas recentes pesquisas sobre a implantação da psicanálise em São Paulo nos revelaram um Marcondes bem integrado e participante ativo no meio médico paulista, em particular na Associação Paulista de Medicina (APM)”.

negligenciando “as condições de sua produção nos conflitos socioeconômicos de uma sociedade” (De Certeau 1975/2017, 17). Porém, a ideologia¹¹ eliminada pelos métodos e operações de representação do “real” estaria implícita em cada sistema de interpretação. Segundo o historiador, “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência (...) que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjatividade’ do autor” (De Certeau 1975/2017, 49). Assim, “o que ela [a ideologia] manifesta realmente é o inconsciente dos historiadores, ou, mais exatamente, do grupo ao qual pertencem”, podendo, inclusive, informar sobre a situação econômica na qual se encontra um grupo social da época (De Certeau 1975/2017, 17).

O papel de uma suposta neutralidade analítica esteve presente no discurso dos psicanalistas durante o período da “Era das Escolas”. E, tendo se estendido para além do *setting* analítico, foi um tema já levantado pela historiografia da área (Oliveira 2017; Rubin et al 2016). Segundo o historiador Gomes (2018), o esforço para garantir as condições que possibilitaram uma psicanálise respaldada no saber científico dentro do contexto da ditadura civil-militar exigiu a construção de um discurso psicanalítico hegemônico e legitimado pela “verdadeira psicanálise”. Assim, tanto a recomendação de uma postura de neutralidade analítica a respeito de questões ideológicas e políticas, como um discurso de que existia uma psicanálise considerada verdadeira, foram elementos centrais que compuseram um projeto de legitimidade do saber e da prática psicanalítica daquele período.

O uso de expressões como “psicanálise oficial”, “ortodoxia” e “heréticos” pode ser remontado a Freud no seu icônico texto *Contribuição à história do movimento psicanalítico*. Nele, Freud (1914/2012, 246) faz uma delimitação sobre o que diria respeito à Psicanálise e “como ela se distingue de outras maneiras de estudar o inconsciente”, citando os estudos de Jung e Adler como exemplos de desvios. Assim, a “verdadeira psicanálise”, nesse sentido, seria representada pelas instituições criadas pelos herdeiros “diretos do Grande Pai”, que detém os conhecimentos ensinados por ele. Mas que, sobretudo, garantiria um prestígio e privilégio político e social ao campo (Gomes 2018, 68). Para De Certeau, ao ser criticado por afastar-se da seriedade do campo da Psiquiatria, atribuidor de autoridade ao saber, Freud acabou por buscar a compensação na consolidação da instituição psicanalítica. O papel da instituição, dessa forma, consistiria em fazer com que o discurso fosse dotado de referencialidade e autorizá-lo pelo viés do real. Seria essa “máquina institucional” que efetuaría e garantiría a operação em que o nada do discurso romanesco é substituído por algo de autoridade (De Certeau 1987/2011, 108).

Em vez de renunciar (eis o que seria um “luto” mallarmeano) a uma posição que dê crédito à aparência da referencialidade, ele desenha essa posição por saber que, sem ela, seria apenas um romancista. Quando mais evidente se torna sua descoberta de um discurso e das antigas lendas, tanto mais premente se torna a instauração, e a restauração de dia em dia, de uma posição institucional que confira autoridade a esse discurso diante dos discípulos e da posteridade.

(De Certeau 1987/2011, 113).

¹¹ Para De Certeau, a denegação da particularidade do lugar do qual se fala seria um princípio do discurso ideológico. Além de excluir a teoria, ela instalaria “o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história” (De Certeau 1975/2017, 64).

Assim, os psicanalistas formados institucionalmente nas primeiras gerações do movimento psicanalítico brasileiro se viam como os responsáveis pela disseminação da “verdadeira psicanálise” no país. Em um texto de 1982, Leão Cabernite¹² destacou que a maioria dos pioneiros da Psicanálise na América Latina fez suas formações com europeus, particularmente com analistas ingleses e alemães. Isso fez com que as primeiras gerações concebessem a formação psicanalítica como um sistema que iria proteger e manter a “Psicanálise pura” (Cabernite 1982, 415). Citando uma entrevista dada pelo mesmo psicanalista ao *Jornal do Brasil* em 1986, Coimbra (1995) destacou os objetivos enquanto presidente da *Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro* (tendo passado por três mandatos durante a década de 1970), que reafirmavam um projeto de hegemonia e legitimação da disciplina no Brasil:

Assumi a presidência da SPRJ e uma das minhas metas foi defender a psicanálise de ataques diversos vindos sob as formas mais variadas. Meu propósito foi o de manter a Psicanálise dentro dos padrões que impeça sua descaracterização. Isso me tornou extremamente impopular entre aqueles que queriam ser psicanalistas sem se submeter ao processo de formação preconizado por Freud e instituído pela IPA. (*Jornal do Brasil* 1986 *apud* Coimbra 1995, 105).

Os “ataques diversos” citados por Cabernite envolviam os ditos usos parciais da Psicanálise, como destacou Perestrello (1987) ou uma falsa adesão à Psicanálise, como indicado por Virginia Leone Bicudo. Em 1967, a psicanalista publica um texto no qual alerta para as novas formas de resistência que a Psicanálise estaria enfrentando e demarca um tipo correto de adesão à disciplina. Algum tempo depois, no ano que marcou o fim do período chamado como “anos de chumbo”, ao falar de um “estado regressivo social calamitoso”, Mário Pacheco de Almeida Prado cita o efeito de algumas “deformações das verdadeiras ideias de Freud” (Prado 1974, 149). Essas deformações baseavam-se no entendimento errôneo de que as crianças não deveriam ser reprimidas, por exemplo. Supomos que Prado estaria se referindo a disseminação da teoria reichiana¹³ que baseava a prática dos chamados “corporalistas” brasileiros, tão difundida no contexto contracultural a partir do final da década de 1960. Contudo, isso não é afirmado explicitamente pelo psicanalista na sua escrita.

Dez anos depois, no último ano do regime militar, também o analista da SPRJ, Ernesto La Porta (1984), chama atenção para o alcance da teoria psicanalítica na cultura e cita também a falsa concepção de liberdade provinda das distorções do pensamento psicanalítico, que estariam afetando o comportamento dos indivíduos na sociedade. Isso teria ocorrido por meio da desinformação e da resistência à verdadeira concepção de Psicanálise. Neste texto, La Porta associa a violência social a um mal-uso da psicanálise: “a deturpação da Psicanálise por resistência, eis um dos piores problemas que atacam toda uma classe média despreparada e que colabora, por sua vez, para instigar as frustrações, e, portanto, a violência” (La Porta 1984, 416).

¹² Leão Cabernite, psicanalista carioca e um dos guardiões da “verdadeira psicanálise”, presidente da SPRJ no início dos anos 70 e analista didata de Amílcar Lobo na mesma década.

¹³ Uma das principais referências teóricas tomada como inspiração para a revolução sexual da contracultura e dos protestos de Maio de 1968 foi o livro *O combate sexual da juventude* (1932) de Wilhelm Reich, discípulo de Freud e expoente da abordagem “libertária” clássica. Nesse livro, Reich afirma que “o problema central da juventude é o das relações sexuais no momento da adolescência, e o da posição tomada pela ordem social, o Estado burguês e os seus representantes em relação à sexualidade” (Reich 1986, 10).

Os três exemplos citados mostram que a narrativa em torno da “verdadeira psicanálise” atravessou décadas, buscando a legitimação do saber e das práticas analíticas de determinados grupos. Contudo, essas narrativas faziam parte de um campo em disputa, ao lado de críticas e questionamentos do lugar verdadeiro pretendido por essa vertente. As tensões políticas e epistemológicas dentro do movimento psicanalítico e nas diferentes abordagens da história da Psicanálise começaram a se intensificar a partir dos acontecimentos históricos em curso no final da década de 1960. Esses, que vinham abrindo fissuras nas certezas políticas e epistemológicas a nível global¹⁴, culminaram no Maio de 1968 e na irradiação dos movimentos contraculturais, com a contestação das várias formas de autoritarismo e do *status quo* nas camadas médias e urbanas da Europa, América e Ásia (Silveira 2010). Dentro desse contexto, a chamada “Era das Escolas” começou a entrar em declínio e transformações atingiram o movimento psicanalítico. De acordo com Mezan (2009):

A partir do maio francês, surge a contestação à autoridade da IPA como exclusiva detentora da legitimidade psicanalítica, originando a formação de inúmeras instituições independentes (Em São Paulo, entre outras, o curso de psicanálise do Sedes); no interior da própria IPA, a contestação conduz à reforma de estatutos e a grandes mudanças no regime dependente da autoridade do analista didata. (Mezan 2009, 40).

No Brasil, as diferenças teórico-metodológicas e políticas entre os psicanalistas dentro e fora das instituições oficiais começaram a formar uma disputa mais pungente a partir da primeira metade da década de 1970. Lado a lado, estavam psicanalistas identificados como progressistas e psicanalistas ortodoxos, pautados pela discussão em torno da “verdadeira psicanálise”. Ilustrando essa tensão, foi lançada dentro da sociedade paulista a revista *IDE* em 1975. Rompendo com um formato científico, além de trazer discussões e reportagens que dialogavam com elementos do cenário contracultural brasileiro da década de 1960, a revista trazia também entrevistas com pioneiros do movimento psicanalítico ipeísta e com diferentes figuras da cultura brasileira. Assim, a *IDE* representou a construção de um diálogo entre diferentes gerações do movimento, buscando historicizar o momento da Psicanálise e abordar questões sociais e políticas da sua época que atravessavam a vida dos membros.

Foi uma época de intensa movimentação. Decidimos trazer à tona o feminismo, em vários artigos sobre a condição da mulher. Era um tema muito pouco oficial que fomos abordando, tanto que a Rose Azambuja pôde escrever sobre uma história em quadrinhos em que se conversava sobre as criadas e as crianças, abordando toda uma dimensão psicológica e cultural. A *ide* era nova. Tínhamos o Deodato falando da psicanálise existente em nosso meio e refletindo sobre a nossa Sociedade, a de um grupo fazendo ciência; o Chaim falando sobre mitos; eu e o Paulo Duarte falando sobre os candidatos; o Tenório realizando entrevistas com Caetano Veloso, enfim, tínhamos uma temática variada. Abrimos caminhos, eu pens. (Hamer et al 2015, s/p).

¹⁴ Para citar alguns: a Primavera de Praga, o fim da Guerra do Vietnã, os assassinatos de líderes políticos como Che Guevara, Martin Luther King, Robert Kennedy, a Revolução Cultural de Mao na China, a Guerra Civil na Argélia e os golpes militares nas Américas Latinas.

Além disso, a *IDE* se posicionou em oposição à existência de uma forma correta ou verdadeira de ler textos psicanalíticos, indo na contramão de psicanalistas como La Porta (1984) e Prado (1974) sobre os desvios psicanalíticos, característico debate da “Era das Escolas”:

Esta abertura para a interpretação dos livros ou para diferentes leituras dos livros, só é possível se os mesmos não são controlados pelos que se colocam como os únicos intérpretes verazes. Imediatamente ocorrem os perigos a que nós mesmos, psicanalistas, estamos sujeitos. Para alguns monges desse convento o conhecimento pode ser fonte de uma vida mais fértil, para outros o conhecimento envenena os espíritos, desviando-os do “verdadeiro” caminho. (Editorial 1984, 3).

Além dessas mudanças internas ao movimento ipeísta, a influência desse cenário de interdisciplinaridade e mudanças de paradigmas epistemológicos atingiu também os estudos historiográficos da Psicanálise no Brasil a partir da década de 1980, trazendo reformulações no campo. A historiografia geral foi sacudida por formulações teóricas diversas que miravam os domínios da história, com Barthes na semiótica, Bourdieu na sociologia, Derrida na filosofia e Foucault, com a sua investida estruturalista que não deixou passar nem os historiadores, tampouco os psicanalistas (Silveira 2010, 40).

Assim, segundo Abrão (2007, 6) foi “a partir da década de 1980 que a historiografia da psicanálise se consolida enquanto campo de conhecimento autônomo, enquanto área de pesquisa e ensino”. Este movimento aconteceu em acorde com um cenário mais amplo, como sinalizado por Roudinesco e Plon (1998) ao narrarem a eclosão de uma escola histórica do freudismo na França, Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha na década de 1980. No Brasil, o crescente interesse pelos estudos historiográficos dessa disciplina começou a ser visto tanto dentro dos círculos psicanalíticos, como no meio universitário, abrindo para uma diversidade de discussões metodológicas (Abrão 2007). Destacando a influência do trabalho de Michel Foucault¹⁵ nos trabalhos historiográficos acadêmicos, Facchinetti e Castro (2015) afirmam que:

foi um tempo em que uma reorganização das ciências sociais e humanas estava ocorrendo, buscando uma melhor definição dos seus respectivos campos e objetivos. No domínio acadêmico, os estudos psicanalíticos experimentavam um avanço considerável nos anos de 1980 e a autonomia universitária tornou possível que esses estudos fossem mais amplamente disseminados. (Facchinetti e Castro 2015, 26).

Segundo esses autores, especialmente nas últimas décadas, a abordagem historiográfica do tipo acadêmica começou a levar em consideração particularidades regionais e complexidades locais, mostrando que políticas específicas e contextos sociais particulares influenciavam a maneira com que o conhecimento era absorvido (Facchinetti e Castro, 2015). Dentro dessa nova perspectiva, os pesquisadores redescobriram o discurso psicanalítico da década de 1920 e investigaram a recepção da Psicanálise em

¹⁵ Segundo Oliveira (2009), essa ruptura com a história oficial aconteceu com a dissertação de mestrado em Filosofia de Gilberto Rocha, pela PUC-RJ, em 1983. Baseado na abordagem foucaultiana, Rocha questionou a história “enquanto discurso que se caracteriza não simplesmente pela narração de acontecimentos ou de lembranças concernentes a um episódio ou a experiência do passado”, propondo-a como método de conhecimento capaz de informar sobre a emergência do saber psicanalítico no Brasil (Rocha 1989, 6).

meio a diversos discursos, como o médico, o literário e o educacional (Facchinetti e Castro, 2015).

A transformação nos modelos da historiografia da Psicanálise no Brasil veio acompanhada a uma ruptura na filiação institucional ou, mais particularmente, com um tipo de filiação marcada pela transferência analítica das sociedades psicanalíticas. Assim, com o deslocamento do lugar profissional do pesquisador, se deu início um movimento de escrita mais informada sobre seu lugar de implicação na fabricação do real da história da Psicanálise no Brasil. Porém, se esse contexto social, político e intelectual possibilitou a publicação de importantes livros de denúncia de acontecimentos críticos da vida psicanalítica brasileira¹⁶, é importante destacar que a tradição da história oficial não é uma abordagem que foi ultrapassada por novos modelos e métodos historiográficos.

Nesse sentido, Oliveira (2005, 45) destacou um novo impulso da história oficial na década de 1990 com o projeto de recuperação da memória da SBPSP e publicação do *Álbum de família* (1994). Frosh e Mandelbaum (2019, 6) apontam como a história contada no livro não é nem analítica, nem crítica, ao contrário, é sugestiva e evocativa, e traça a história da SBPSP com fotografias de personagens de destaque que retrocedem até seus fundadores, alcançando o próprio Freud, que nunca visitou o Brasil. A pequena parcela textual presente no livro evita qualquer discussão dos significados e contextos políticos e sociais das fotos ou da instituição. Segundo os autores, a introdução ainda destaca a importância do esquecimento e os textos e fotos do livro são “sugestões para serem tomadas como restos diurnos para que sonhemos nossa psicanálise, nosso meio, nossa história e, por fim, nossa identidade” (Nosek et al 1994, 12 *apud* Frosh e Mandelbaum 2019, 7). Nesse sentido, os autores apontam que, lançado alguns anos após o final do período ditatorial brasileiro, o livro parece abandonar seu dever histórico em encarar e avaliar sua participação e resposta em relação às violações do período autoritário. Outro exemplo mais recente de esforço pela continuidade desse tipo de projeto historiográfico se mostrou com a republicação, em 2016, sem nenhuma consideração sobre seu método ou seu lugar nos estudos históricos da Psicanálise no Brasil, do emblemático texto *Notas para a história da psicanálise em São Paulo* escrito por Luiz Almeida Prado Galvão (1967).

Vemos, assim, a coexistência de uma “produção de uma história pragmática, racionalista e positivista” (Oliveira 2005, 45) e também de projetos que visam outras formas de “contar” e “fazer” a história do movimento psicanalítico brasileiro¹⁷. De acordo com De Certeau, dentro dessa segunda linha, a prática historiográfica se volta para as condições de elaboração desse pensável, sobre os métodos e sobre as condições de produção de sentido. O corte entre o presente e o passado se mantém para que seja instaurado o trabalho científico, mas suas fronteiras são revistas. Esse corte agora se move, se inverte, se desloca, caracterizando a relação própria do lugar da operação científica. Essas mutações do lugar científico “seguem

¹⁶ Por exemplo, o livro *Não Conte a Ninguém – Contribuição à história das Sociedade Psicanalíticas do Rio de Janeiro* da psicanalista Helena Besserman Vianna (1994) e *Crise na psicanálise* organizado por Cerqueira Filho (1982) sobre a crise na psicanálise carioca na década de 1980.

¹⁷ De Certeau (1975/2017) coloca a escrita histórica na oscilação entre “contar histórias” e “fazer história”, sem ser redutível nem a uma nem a outra. Segundo ele “[A escrita histórica] não se interessa por uma ‘verdade’ escondida que seria necessário encontrar; ela *constituiu* símbolo pela própria relação entre um espaço novo recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica “cenários” susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível – aquilo que é propriamente ‘fazer história’” (De Certeau 1975/2017, XIX).

os movimentos mais amplos das sociedades, suas revoluções econômicas e políticas, as relações complexas entre gerações ou entre classes etc”¹⁸ (De Certeau 1975/2017, 28).

Considerando o desenvolvimento pouco linear da disciplina psicanalítica, Abrão (2007) sublinha que o historiador da Psicanálise deve voltar-se para “as continuidades e descontinuidades do desenvolvimento teórico, que são afetadas pelas contingências históricas” (Abrão 2007, 8). Levando esse aspecto em consideração, com a abertura política da sociedade brasileira e os reflexos da virada epistemológica da década de 1970, ampliaram-se as abordagens históricas e seus métodos, incluindo na pauta historiográfica da Psicanálise brasileira a reconstrução de memórias e fatos, mas, especialmente, de esquecimentos e rasuras das narrativas históricas prévias. Nada mais pertinente à historiografia desse campo quando pensamos que, assim como propõe Roudinesco (1995, 52), “retornar às origens é em si um ato freudiano”.

Dessa forma, a comunidade psicanalítica pôde começar a se a ver com o resto, o retorno do recalçado, silenciado pelo discurso científico promulgado pela história oficial até então. Ao restituir esse passado esquecido, cria-se uma condição de possibilidade para a sustentação de elementos antagônicos, contraditórios, sem a necessidade de suturá-los no sentido e na explicação (De Certeau 1987/2011, 69). Inserido nesse novo paradigma historiográfico, propomos a importância de recuperar a noção de “ficção teórica” do texto freudiano, que desloca o caráter de cientificidade da Psicanálise, assim como outros elementos aliados a teoria psicanalítica, como possibilidade de construção de um outro fazer historiográfico.

DO REAL À FICÇÃO: UMA PROPOSTA DE ESCRITURA HISTORIOGRÁFICA DA PSICANÁLISE

Segundo De Certeau, a historiografia que se baseia na “ficção científica”¹⁹ busca costurar as dilacerações dos acontecimentos, tecendo representações das realidades históricas e camuflando as condições de sua produção. Nesta visão, “costurar o real”, estabelecendo um sentido voltado à determinação, é característica do discurso científico²⁰ e da sua ficção própria. Nessa operação atribuidora de sentido, o outro, representado pelo passado, pelo louco, pelo selvagem ou por aquilo que marca uma diferença entre sujeito e objeto, cunha uma nova inteligibilidade e garante “o trabalho interpretativo

¹⁸ Para ilustrar essa questão, De Certeau comenta a passagem do interesse na história social para a história econômica durante o entre guerras, o crescimento dos estudos em história cultural em um momento em que se impõe a importância social econômica e política da “cultura” (lazer e *mass media*), ou ainda, o “atomismo histórico” de Langlois e Seignobos combinado ao liberalismo da burguesia reinante no final do século XIX.

¹⁹ A “ficção científica” se observaria, por exemplo, na ambição de matematizar e quantificar a história através de pesquisas estatísticas e do uso da informática como garantias de objetividade. Segundo De Certeau: “pelo tributo que paga à informática, a historiografia leva a crer que ela não é ficção, suas tentativas científicas ainda articulam algo que não o é: a homenagem prestada ao computador consolida a antiga ambição de fazer passar o discurso histórico por um discurso do real” (De Certeau 1987/2011, 61).

²⁰ Segundo Dunker et al (2016, 45-46), após a década de 1980 se estabeleceu um debate mais robusto sobre a crítica política e ética do que vem a ser o estado atual da ciência em sua organização disciplinar. Nesse âmbito, aparecem críticas da conveniência entre a ciência e os processos de individualização da modernidade, ou ainda, “entre a forclusão do sujeito e seu retorno sob a forma de racionalidade técnica, segregação e alienação”.

de uma ciência ('humana')” sempre em atualização (De Certeau 1975/2017, XVII).

As ciências humanas, segundo Barthes, constituídas tardiamente na esteira do positivismo burguês, apareceram como os álibis técnicos para que a sociedade mantivesse “a ficção de uma verdade teológica (...) desvencilhada da linguagem” (Barthes 1967, 12). Porém, o autor sublinha, essa divisão foi colocada em questão quando a “exploração do cosmo” correspondeu “novamente a exploração da linguagem”, movimento conduzido pela Linguística, pela Psicanálise e pela Literatura (Barthes 1967, 25). Considerando esse deslocamento do lugar da linguagem, De Certeau afirma que a Psicanálise marcou uma ruptura na maneira de conceber a narrativa dentro do campo das ciências humanas do início do século XX. Essa ruptura ocorre quando Freud realiza um retorno à “economia dos afetos” que, após Espinosa, Locke e Hume, havia sido esquecida pela cientificidade positivista ou repelida para o domínio do literário.

Conforme propõe o historiador, o restabelecimento das relações entre ciência e literatura²¹ na invenção da psicanálise remonta ainda ao século XIX quando Freud percebeu que as histórias de suas pacientes se liam “como se fossem romances (*Novellen*)” e eram, “por assim dizer, desprovidas do caráter sério da cientificidade (*Wissenschaftlichkeit*)” (De Certeau 1987/2011, 94). A maneira de abordar a histeria por Freud transformou a sua maneira de escrever, realizando uma conversão literária e introduzindo o gênero poético no discurso científico. Nesse sentido, mesmo que Freud tenha sido “alimentado pela *Aufklärung* científica do século XIX” e se empenhado por fazer ser reconhecida a seriedade do seu modelo acadêmico vienense, não deixou de afirmar que “o romancista precedeu sempre o cientista” (Freud 1971, *apud* De Certeau 1987/2011, 94).

De Certeau também afirma que, ao atrair os padrões da norma científica da época, o discurso criado pela Psicanálise assumiu a forma do que se pode chamar, de acordo com uma expressão freudiana, de “ficção teórica”. Ao fazer “sobressair o caráter fictício de seu objeto ao mostrar as contradições que o determinam” (De Certeau 1987/2011, 102), Freud rompe com a lógica da “ficção científica”, mas não completamente com a cientificidade, cunhando outro tipo de ficção²². De Certeau está apontando para um tipo particular e inovador de narrativa própria da Psicanálise:

²¹ Pensando na função do discurso da ciência, Barthes o contrapõe com a Literatura, colocando que ambos não se distinguem por seus “conteúdos, métodos ou moral”, mas sim por professarem a linguagem de maneira distinta. A ciência tem na linguagem um instrumento, busca tornar-se transparente, neutra, submetida às operações científicas, e, com isso, perde em sua autonomia. Na Literatura, a linguagem é “seu próprio mundo”, ela é a sua escrita, toma-se por objeto e não o seu conteúdo (Barthes 1967, 5). Ao passo que a ciência ensina, enuncia ou sutura, inscrevendo sentido, a Literatura representaria aquilo mesmo que a ciência (e sua representação de indivíduo) recusa: “a soberania da linguagem” (Barthes 1967, 11). Para o autor, o poema é a composição da linguagem oposta ao trabalho da ciência, e tem como objeto o prazer, e não a verdade.

²² Contudo, existem discussões sobre a proximidade de Freud com a ciência, tornando a Psicanálise próxima de uma “nova religião” com garantia de verdade. As transformações epistemológicas e metodológicas em que a Psicanálise enveredou na sua história marcaram aproximações e afastamentos com uma perspectiva histórica mais alinhada a um discurso científico, dentro de suas teorias.

Enquanto a “cientificidade” constrói para si um lugar próprio ao eliminar desse próprio tudo o que não lhe é conforme, a análise freudiana identifica a alteridade que obceca a apropriação e a determina à sua revelia; ela mostra os jogos contraditórios que se desenrolam no mesmo lugar, entre o que se manifesta e o que se oculta aí; ela diagnostica o equívoco e a pluralidade do lugar. Desse ponto de vista, também, ela é do tipo *romanesco*. (De Certeau 1987/2011, 101-2).

Mesmo *romanesca*, ao desdobrar operações formais que organizam uma “efetividade histórica”, Freud constrói uma “ficção teórica em que é possível reconhecer e produzir os modelos lógicos indispensáveis a qualquer ‘explicação’ histórica” (De Certeau 1987/2011, 100). Há, nesse sentido, uma mudança na perspectiva histórica, em que o tempo não é mais quantificado cronologicamente, pois envolve a temporalidade própria do inconsciente. A noção de posterioridade, articulação temporal da psicanálise entre passado, presente e futuro, “subverte o sentido clássico de história como sequência cronológica de fatos e prevê, em seu lugar, uma história que está sempre sendo reescrita” (Matheus 2010, 331). Nesse sentido, o psicanalista Matheus (2010, 329-330) afirma que a perspectiva histórica da Psicanálise é aquela que destoa de uma que “pretende descrever a cronologia dos fatos que determinam de modo homogêneo e inequívoco a condição dos diferentes sujeitos que participam do corpo social”.

Além de uma mudança na perspectiva histórica no que se refere a sua temporalidade, o afastamento da teoria freudiana com o *establishment* científico, especialmente das ciências humanas e psiquiátricas, se deu também em função das noções de realidade psíquica e do inconsciente, que causaram um descentramento nas categorias modernas de indivíduo, que o concebem através de um ideário de unidade e maturidade. O sujeito da modernidade científica, tendo como referência o *cogito* cartesiano (“penso, logo existo”), foi problematizado pela Psicanálise pelas suas características de autorreflexividade, identidade, autodeterminação (Dunker et al 2016, 85). Na visão de Matheus (2010, 245), essa noção de síntese do indivíduo, com seu ideal de completude e harmonia, aparece como um construto imaginário, efeito ilusório que a noção de identidade carregaria²³. É justamente esse “construto imaginário” que Barthes destaca em torno das noções de autoria e de obra. Segundo ele, “o autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que (...) ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’” (Barthes 1968, 58).

Seguindo o pensamento de Barthes, ao abordar um texto buscando o sentido da autoria, a explicação da obra é buscada sempre ao lado de quem a produziu, como se “através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa” (Barthes 1968, 58). Nesse sentido, o autor se torna o passado do seu livro, operando ainda no paradigma da clivagem entre um antes e um depois, um passado e um futuro. Dar ao texto uma autoria é fechar-lhe em um significado, em uma tradução do “eu” e do imaginário. Nesse sentido, a quebra com o chamado “império do autor” iniciada pela poética de Mallarmé, seria o deslocamento da suposição da

²³ Dentro do campo psicanalítico, a dimensão do inconsciente, os mecanismos e efeitos do recalque e a cisão do conteúdo traumático são alguns dos fenômenos e condições do sujeito que revelariam a impossibilidade de conquistar a promulgada síntese do indivíduo moderno. Contudo, essa não é uma unanimidade epistemológica dentro das teorias psicanalíticas desenvolvidas no decorrer do século XX.

propriedade da linguagem para outro lugar, em que é ela que performa e não o “eu”.

A sua teoria do Texto, ao propor a ideia de “destruição do Autor” como um instrumento analítico, apresenta um diálogo particular com a teoria psicanalítica de orientação lacaniana. Barthes destaca que não é o sujeito do qual o livro é predicado, deixando de operar no tempo do antes e do depois, mas sim no tempo da enunciação:

a enunciação em seu todo é um processo vazio que funciona perfeitamente sem que seja necessário preenchê-lo com a pessoa dos interlocutores: linguisticamente, o autor nunca é mais do que aquele que escreve, assim como “eu” outra coisa não é senão aquele que diz “eu”: a linguagem conhece um “sujeito”, não uma “pessoa”, e esse sujeito, vazio fora da enunciação que o define, basta para “sustentar” a linguagem, isto é, para exauri-la. (Barthes 1968, 60).

Tomando como direção as noções propostas por Barthes de escritura e da não-busca pela autoria, pensamos que uma escrita histórica da Psicanálise, movida pelo desejo, mas também pela implicação de seu lugar e práticas, conforme a “operação historiográfica descrita por De Certeau (1975-2017), possibilite um retorno à “ficção teórica” de Freud e um distanciamento da história oficial da “verdadeira psicanálise”. Ao retomar o caráter de “ficção teórica”, a historiografia da Psicanálise se afastaria do discurso científico que sutura o real e que se supõe neutra, podendo, assim, enunciar as “causas capazes de articular um desejo” (De Certeau 1987/2011, 62). Pois, assim como coloca Barthes, o discurso do desejo é o próprio da escritura, que faz circular o sentido, evitando a dominação deste no real. Ao aproximarmos o discurso psicanalítico da concepção de historiografia de De Certeau, afastando-o do discurso científico no modelo positivista, deixa-se de elaborar uma historiografia que busca a verdade ou a realidade e passa-se a buscar o verossímil e o inteligível. Atentando-se “ao discurso e à sua fabricação, se apreende melhor a natureza das relações que ele mantém com o seu outro, o real” (De Certeau 1975/2017, 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamos, ao fechar-se em um modelo discursivo descritivo e determinativo, com a nomeação de personagens e biografias santificadas, a historiografia psicanalítica brasileira deixou de acolher os tumultos e tensões advindos dos antagonismos próprios da realidade social que atravessavam sua instituição e seus atores. Nesse sentido, pensamos que a historiografia da Psicanálise pode valer-se da proposta aqui apresentada por algumas razões. Abrão (2007) apontou para como algumas particularidades da Psicanálise tornam a sua investigação histórica um “processo diferenciado” (Abrão 2007, 7). Como, por exemplo, a “indissociabilidade entre criador e criatura” na Psicanálise, uma vez que a matéria-prima das formulações analíticas vem da experiência do analista, tanto particulares, como da sua clínica. Isso faria com que na Psicanálise, mais do que em outras disciplinas, “a história pessoal de seus criadores torna-se altamente relevante para compreendermos os desdobramentos das formulações por eles postuladas ao longo de suas trajetórias” (Abrão 2007, 7). É o que já foi pertinentemente sugerido por Zaretsky (2006), por exemplo, ao pensar não somente a história pessoal, mas também os efeitos que a 1ª e 2ª Guerra Mundial tiveram nos desenvolvimentos da teoria e prática de Freud no século XX.

Por outro lado, conforme coloca Abrão, mesmo as obras desprovidas de um caráter biográfico poderiam resvalar na história pessoal dos grandes personagens que edificaram a teoria psicanalítica. Um possível efeito desta tendência é o risco de a abordagem histórica reduzir-se a uma leitura hagiográfica da Psicanálise ou a uma busca do sentido verdadeiro por trás dos textos de determinados autores. Nesse sentido, as abordagens que tentam predicar a obra como um antes da vida do autor, desconsidera que o autor (tanto do texto, como da escrita histórica) está submetido a ideologias, a hipótese do inconsciente e aos processos políticos e discursivos da individualização. Levando em consideração o descentramento do sujeito (e, portanto, da autoria), vemos atualmente uma vertente que recupera o papel histórico de personagens até então marginais da história da Psicanálise no Brasil, sem cair em uma biografia idealizadora. Citamos, como exemplo, o trabalho de Afonso e Mandelbaum (2017) sobre o “vigoroso psicanalista” Karl Weissmann.

Além disso, considerando a dimensão do lugar profissional na operação historiográfica, destacamos também trabalhos que levam em conta a reflexividade do pesquisador-historiador da Psicanálise. Mandelbaum (2021) chama atenção para o reconhecimento de aspectos mobilizados da subjetividade do pesquisador nas determinações do campo da pesquisa, como traços de histórias pessoais e elementos identificatórios do pesquisador. Segundo ela, a elucidação desses elementos tornam mais explícitos e conscientes a escolha dos pressupostos, das convicções e dos silêncios que negociamos com nosso trabalho.

Não obstante, há um importante movimento preocupado em recuperar a história da Psicanálise no contexto de repressão da ditadura civil-militar brasileira (Russo 2012; Rubin et al 2016; Oliveira 2017). Esses estudos também abordam a reflexão sobre os efeitos do conservadorismo institucional (Frosh e Mandelbaum, 2017) e da cumplicidade de psicanalistas brasileiros com o sistema de repressão (Mandelbaum; Rubin; Frosh 2018). Outra contribuição historiográfica sobre este período destacou a existência de um discurso psicanalítico normativo que, balizado pelo discurso científico e pelo ideal de síntese e integração do indivíduo moderno, reduziu as resistências políticas e culturais da juventude brasileira durante o período ditatorial à dinâmicas psicologizantes e afastadas de sua realidade social (Rubin 2021, *no prelo*).

Mandelbaum destaca que pesquisar a Psicanálise brasileira nos anos da ditadura também pode ser traumático, em função de novas descobertas, mas, especialmente, pela ausência e dificuldade de acessar os arquivos desse período (Mandelbaum 2021, *no prelo*). Se, por um lado, o desafio do discurso historiográfico da Psicanálise no Brasil tem sido ampliado e facilitado como parte da recente disposição da sociedade brasileira em explorar os eventos da ditadura civil-militar, apoiada pelo estabelecimento da Comissão da Verdade Nacional em 2012. Por outro, esse movimento enfrenta ainda resistências e ambivalências. Frosh e Mandelbaum contam sobre um episódio recente ocorrido ao elaborarem um artigo sobre os desafios da História da Psicanálise e sua posição ética de enfrentamento da negação dessa posição em contextos de autoritarismo:

Após a avaliação e seu aceite pelo editor comissionado da Revista²⁴ como “artigo muito importante” com um comentário adicional de que “é indispensável que tenhamos contato com a história e não somente com boas memórias”, o artigo foi traduzido e pronto para publicação. Naquele ponto um de nós recebeu uma ligação da editora do jornal que disse que pensou sobre o artigo durante uma semana e decidiu, sozinha, que não poderia ser publicado. A decisão não foi por causa de quaisquer preocupações sobre a qualidade ou precisão – ela não tinha sugestões de alterações e nenhum argumento contra o conteúdo - mas porque as sociedades psicanalíticas brasileiras “não estavam prontas” para o que nós estávamos dizendo. Podemos interpretar isso como uma censura, mas talvez devêssemos mais generosamente entender como ambivalência em relação à história local da psicanálise e sua tarefa ética. (Frosh e Mandelbaum 2019, 8).

Vimos, até aqui, reconhecendo possíveis aproximações da teoria psicanalítica e da escrita histórica, apoiadas em preceitos propostos por De Certeau e Barthes. Não obstante, Le Goff (2002, 27) destaca que o historiador tem um problema que não é somente intelectual e científico, mas também cívico e moral e deve prestar contas do seu passado. Acreditamos que assim também deve agir o psicanalista que vê na Psicanálise uma ferramenta de subversão às persistentes dinâmicas normativas e segregadoras, e que se responsabiliza pelos usos inversivos que a disciplina enveredou no percurso de sua história. É por essa via que se poderá preservar, no discurso historiográfico da Psicanálise, a sua radicalidade epistemológica e metodológica baseada no descentramento do sujeito e do autor, além de sustentar o desafio de restituição dos esquecimentos e silenciamentos que marcaram a história da psicanálise no país, criando possibilidades de inscrição de ausências através da circulação da palavra.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. As contribuições de Júlio Pires Porto-carrero à difusão da psicanálise de crianças no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. *Memorandum*, v. 20, pp. 123-134, 2011. Acessado em 20/01/2020, <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a20/abrao02>
- ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Por um modelo metodológico de historiografia da psicanálise. *Pulsional - Revista de Psicanálise*, Ano 20, n.189, p. 5-16, 2007.
- BARTHES, Roland. Da ciência à literatura. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora WMF, p. 3-12, 1988/2012.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora WMF, p. 57-64, 1988/2012.
- BARTHES, Roland. Jovens pesquisadores. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora WMF, p. 98-108, 1988/2012.
- CABERNITE, Leão. The selection and functions of the training analyst in analytic training institutes in Latin America. *Contemporary Psychoanalysis*, pp. 398-417, 1982.
- CERQUEIRA FILHO, G. (Org.) *Crise na psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COIMBRA, Cecília. *Guardiões da ordem. Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do 'Milagre'*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

²⁴ *Revista Brasileira de Psicanálise*

- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 3ª Ed, 1987/2011.
- DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Tradução: João Guilherme de Freitas Teixeira. São Paulo: Autêntica, 1975/2017.
- DUNKER, Christian; PAULON, Clarice Pimentel; MILAN-RAMOS, José Guillermo. *Análise Psicanalítica de Discursos: Perspectivas Lacanianas*. Estação das Letras e Cores: São Paulo, 2ª Ed., 2016.
- DUNKER, Christian. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.
- EDITORIAL. *IDE*. n. 10, pp. 3-4., 1984.
- GALVÃO, Luiz de Almeida Prado. Notas para a História da Psicanálise em São Paulo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.1, n.1, pp. 46-66, 1967.
- FACCHINETTI, Cristiana; CASTRO, Rafael Dias. The historiography of psychoanalysis in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Dynamis*, v. 35, n.1, pp. 13-34, 2015.
- FACCHINETTI, Cristiana; PONTE, Carlos. De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil. *Psychê (São Paulo. Impreso)*, Ano VII, n.11, pp. 59-83, 2003.
- FACCHINETTI, Cristiana. Psicanálise para brasileiros: história de sua circulação e apropriação no entre-guerras. *Culturas Psi*, n. 1, pp. 45-62, 2012.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em uma autobiografia ("o caso Schreber")*, artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Tradução Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 193-209, 2014.
- FREUD, Sigmund. Contribuição à história do movimento psicanalítico. In: _____. *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Tradução Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo, 1914/2012.
- FROSH, Stephen. The Re-enactment of Denial. A. Gulerce (ed.) *Re(con)figuring Psychoanalysis: Critical Juxtapositions of the Philosophical, the Sociocultural and the Political*. London: Palgrave, pp. 60-75, 2012.
- FROSH, Stephen. *Hate and the Jewish Science: Antisemitism, Nazism, and Psychoanalysis*. London: Palgrave, 2005.
- FROSH, Stephen; MANDELBAUM, Belinda. "Like Kings in Their Kingdoms": conservatism in Brazilian psychoanalysis during the dictatorship. *Political Psychology*, v. 38, n.4, pp. 591-604, 2017.
- FROSH, Stephen e MANDELBAUM, Belinda. Psychosocial histories of Psychoanalysis. *Revista Praxis e Culturas Psi*, v. 1., p.1-13, 2019.
- GOMES, Roger Marcelo Martins. representações de ciência, profissão e história no movimento psicanalítico brasileiro (1967 a 1986). Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista. (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.
- GOGGIN, J. E.; GOGGIN, E. B. *Death of a 'Jewish science': Psychoanalysis in the Third Reich*. Purdue University Press: Indiana, 2001.
- HAMER, Chaim José; AZAMBUJA, Deodato Curvo de; FAVILLI, Myrna Pia; LIMA, Luiz Tenório de Oliveira. Os primeiros anos da ide - lembranças e reflexões. *Ide*. vol. 38, n.60, São Paulo jul./dez, s/p, 2015,
- KATZ, Chaim. Nazismo e Psicanálise: outras relações. In C. S. Katz (Ed) *Psicanálise e Nazismo*. Taurus Ed: Rio de Janeiro, 1985.
- MOREIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos; BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del-Rei, v. 3, n. 4, pp. 173-200, janeiro/junho, 2014.

- LACAN, Jacques. A verdade e a ciência. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 869-892, 1966.
- LA PORTA, Ernesto Meirelles. A Agressividade na sociedade Contemporanea: Um enfoque psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 18, pp. 411-417, 1984.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. Bloch (1993[2002]) *A apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- LUZ, Cléo Lichtenstein. A psicanálise em São Paulo – Jubileu de prata, homenagem à Durval Marcondes e Adelheid Koch. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 10, pp. 507-509, 1976.
- MANDELBAUM, Belinda. Wounds of dictatorship in the Brazilian psychoanalysis: traumatic reviviscences in the research of the history of psychoanalysis. Mandelbaum, B; Frosh, S.; Lima, R. (2021) *Brazilian Psychosocial Histories of Psychoanalysis*. Palgrave Macmillan, London, UK. No prelo.
- MANDELBAUM, Belinda; RUBIN, Aline e FROSH, Stephen. ‘He didn’t even know there was a dictatorship’: The complicity of a psychoanalyst with the Brazilian military regime. *Psychoanalysis and History*, 20 (1): 37–57, 2018.
- MATHEUS, Tiago Corbisier. *Adolescência – História e política do conceito em Psicanálise*. Coleção Clínica Psicanalítica, 2010.
- MEZAN, Renato. Sob o “signo dos quatro”: ideias para abordar a história da psicanálise. *Pulsional – Revista de Psicanálise*, ano 22, n.1, p. 28-46, 2009.
- NOSEK, et al. *Álbum de família: imagens, fontes e idéias da Psicanálise em São Paulo*. São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo, 1994.
- OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, 3: 144-153, 2002.
- OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. Arquivos da Psicanálise no Brasil. *Pulsional - Revista de Psicanálise*. Ano 22, n.1, p. 97-104, 2009.
- OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de.. *História da Psicanálise - São Paulo (1920-1969)*. Escuta: SP, 2005
- OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde – Mangueiras*, Rio de Janeiro, v.24, supl., nov., p.79-90, 2017.
- PERESTRELLO, M. *História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro: suas origens e fundação*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- PERESTRELLO, Danilo. Contribuição ao estudo da história da psicanálise no Brasil. *Revista Brasileira de Psicanálise*, Vol. 10, p. 293-296, 1976.
- PRADO, Mario Pacheco de Almeida. Perfil trágico dos nossos dias. *Revista Brasileira de Psicanálise*, V. 8, pp. 147- 156, 1974.
- REICH, Wilhelm. *O combate sexual da Juventude*. Edições Epopeia: São Paulo, 1932/1986.
- ROCHA, Gilberto S. *Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Genealogias*. Trad. Nelly Ladvoat Cintra. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1995.
- ROUDINESCO, Elisabeth. Psychanalyse et histoire: résistance et mélancolie. In: GAUTHIER, R. M. (org.). *Les voies de la psychanalyse*. Paris: L’Harmattan, p. 21-34, 1997.

- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michael. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- RUBIN, Aline; FROSH, Stephen; MANDELBAUM, Belinda. 'No memory, no desire': Psychoanalysis in Brazil during Repressive Times. *Psychoanalysis and History*. V. 18, N. 1, pp. 93-118. Jan, 2016.
- RUBIN, Aline Librelotto. A psychoanalysis for subversion: psychoanalytic discourse on the "new youth" in dictatorial Brazil (1964-1985). Mandelbaum, B; Frosh, S.; Lima, R. (2021) *Brazilian Psychosocial Histories of Psychoanalysis*. Palgrave Macmillan, London, UK. No prelo.
- RUSSO, Jane. The Social diffusion of Psychoanalysis during the Brazilian Military Regime: Psychological Awareness in an Age of Political Repression. En Damousi, J. y Plotkin, M. (Eds.) *Psychoanalysis and Politics: Histories of Psychoanalysis under conditions of restricted political freedom*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2012.
- AFONSO, Rodrigo e MANDELBAUM, Belinda. A psicanálise e seus pioneiros no brasil: notas sobre o "vigoroso psicanalista" Karl Weissmann. *Analytica*, São João de-Rei. v.6, n. 11, julho/ dezembro, 2017.
- SILVEIRA, R. M. G. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. CURY et al. (orgs) (2010) *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20*. Editora da UFPB, 2010.
- VIANNA, Helena Besserman. *Não Conte a Ninguém – Contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- ZARETSKY, Eli. *Secrets of the Soul*. New York: Knopf, 2004.

NO RASTRO HISTORIOGRÁFICO DA PSICANÁLISE NO BRASIL
REENCONTRANDO A ESCRITA DA SUA FICÇÃO
ARTIGO SUBMETIDO EM 25/08/2020 • ACEITO EM 08/12/2020
DOI | <https://doi.org/10.5216/rth.vi2.65241>
REVISTA DE TEORIA DA HISTÓRIA | ISSN 2175-5892



ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO LIVRE DISTRIBUÍDO NOS TERMOS DA LICENÇA *CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION*, QUE PERMITE USO IRRESTRITO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO EM QUALQUER MEIO, DESDE QUE O TRABALHO ORIGINAL SEJA CITADO DE MODO APROPRIADO